



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4001394-71.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo**
 Requerente: **Caio Borin Tostes e outro**
 Requerido: **Passaredo Transportes Aéreos Ltda.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que os autores almejam ao recebimento de indenização para reparação de danos materiais e morais que a ré lhes teria provocado.

Alegaram para tanto que o primeiro autor efetuou viagem aérea ao Exterior para investir em seus estudos, adquirindo ainda passagem para ir de Ribeirão Preto a Guarulhos através da ré.

Alegaram ainda que como esse voo atrasou foi necessário remarcar o embarque para Chicago (EUA), advindo daí prejuízos materiais e morais cujo ressarcimento postulam.

A preliminar de ilegitimidade ativa ad causam da segunda autora, suscitada em contestação, merece acolhimento.

Com efeito, a leitura do relato exordial evidencia que os fatos noticiados tiveram ligação com viagem que o primeiro autor faria ao Exterior, precedida de viagem anterior de Ribeirão Preto para Guarulhos.

Como essa aconteceu com atraso, foi preciso alterar o embarque do primeiro autor, tendo ele passado a noite na casa de parentes.

Nota-se a partir daí que a segunda autora não teve ligação direta e pessoal com nenhum desses acontecimentos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Como genitora do primeiro autor é óbvio que vivenciando a situação posta isso a afetou, mas tal circunstância não lhe confere vinculação jurídica ao evento.

A ré nesse contexto não firmou liame algum com a segunda autora, a qual quando muito poderia participar da ação por ter arcado com a multa advinda da remarcação do embarque previsto de início (nem se diga que foi ela quem adquiriu as passagens em apreço porque o dinheiro utilizado era do primeiro autor, proveniente de pensão do seu genitor – fl. 03, segundo parágrafo).

Entretanto, seja porque se tem como viável a condenação da ré a esse título ao primeiro autor, seja porque o âmbito dos pedidos apresentados vai muito além desse aspecto, a conclusão que se impõe é a de que ela não está habilitada a figurar no polo ativo da relação processual.

Acolho, pois, a preliminar arguida pela ré.

No mérito, a pretensão do autor prospera em parte.

O documento de fl. 14 evidencia que a passagem de Ribeirão Preto para Guarulhos foi comprada em 24 de abril e que a previsão de partida do voo era para o dia 07 de junho às 16h:20min, com chegada às 17h:15min.

Já o documento de fl. 15 cristaliza a comunicação em 14 de maio de que o horário de saída foi alterado 17h, permitindo mesmo assim espaço de tempo bastante ao embarque para a viagem a Chicago, com saída às 21h:10min.

De outra parte, a própria ré em contestação reconheceu que houve atraso na decolagem (fl. 41, quinto parágrafo), não tendo impugnado que ele tenha sido de duas horas e trinta minutos (fl. 02, terceiro parágrafo).

A alegação de que isso sucedeu por força das condições meteorológicas adversas e do intenso tráfego aéreo no aeroporto de Guarulhos não vinga à mingua de lastro que a respaldasse.

Os documentos de fls. 79/80 por si sós não firmam base suficiente a amparar no particular a versão da ré, não se podendo olvidar que na esteira do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil tocava a ela a demonstração a propósito.

Todavia, é de convir que não se desincumbiu do ônus pertinente.

A conjugação desses elementos basta para estabelecer a ligação entre a ré e os fatos descritos pelo autor, afigurando-se indubitável que foi o atraso do voo a cargo dela o que rendeu ensejo à remarcação da outra passagem já adquirida pelo mesmo.

O argumento de que essa responsabilidade seria eximida por motivo de força maior descabe porque, como já destacado, ele não contou com o apoio de elementos que atestassem sua existência no caso em exame.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

De igual modo, o espaço de tempo do atraso não beneficia a ré em consonância com o Código Brasileiro de Aeronáutica ou Resoluções da ANAC porque sendo a relação jurídica estabelecida entre as partes tipicamente de consumo a ela se aplicam as regras do Código de Defesa do Consumidor.

O Colendo Superior Tribunal de Justiça já se manifestou nesse sentido:

“O Superior Tribunal de Justiça entende que a responsabilidade civil das companhias aéreas em decorrência da má prestação de serviços, após a entrada em vigor da Lei 8.078/90, não é mais regulada pela Convenção de Varsóvia e suas posteriores modificações (Convenção de Haia e Convenção de Montreal), ou pelo Código Brasileiro de Aeronáutica, subordinando-se, portanto, ao Código Consumerista” (STJ, AgRg no Ag 1380215/SP, Rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, DJe 10/5/2012).

A ré, portanto, deve ser condenada ao pagamento da multa despendida para a remarcação da passagem do autor.

Quanto à indenização para ressarcimento dos danos morais, tenho-os como caracterizados.

A simples leitura da petição inicial permite a convicção de que o autor foi submetido a abalo de vulto com o atraso injustificado do voo a cargo da ré e com as consequências que daí advieram.

Qualquer pessoa mediana ficaria em evidente ansiedade e preocupação com o desenrolar dos acontecimentos, observando-se que se não fosse a falha da ré o autor teria tempo bastante para realizar o embarque programado em Guarulhos.

Isso foi muito além de entrevero próprio da vida cotidiana e extravasou o simples descumprimento contratual da ré, rendendo ensejo a dano moral que demanda reparação.

O valor da indenização, todavia, há de ser inferior ao pleiteado porque se afigura excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pelo autor em cinco mil reais.

Isto posto, julgo extingo o processo sem julgamento de mérito relativamente à segunda autora, com fundamento no art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil, e no mais **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor as quantias de R\$ 1.873,62, acrescida de correção monetária, a partir de junho de 2013 (época da remarcação da passagem), e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 21 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**